

Painel 1: A estratégia do programa ‘Juros pela Educação’

Nome	Atribuição	Resumo dos Pontos
Ana Inoue	Itaú Educação e Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• Explicou como o programa se alinha às estratégias de desenvolvimento da força de trabalho.• Enfatizou a importância do treinamento profissional e da aprendizagem ao longo da vida.• Esboçou possíveis parcerias entre instituições financeiras e provedores de educação.
Priscila Cruz	Todos Pela Educação	<ul style="list-style-type: none">• Defendeu o acesso equitativo ao financiamento educacional.• Abordou os desafios da implementação do programa em escala nacional.• Reivindicou políticas baseadas em dados para medir o impacto educacional.
Camilo Santana	Ministro da Educação	<ul style="list-style-type: none">• Apresentou o compromisso do governo com o financiamento e a expansão da iniciativa.• Discutiu políticas federais de apoio à assistência financeira para estudantes, enfatizando novos mecanismos de financiamento.• Destacou o papel das parcerias entre estados e governo federal para garantir uma alocação eficaz de recursos e a sustentabilidade do programa.• Abordou a necessidade de melhorar a eficiência administrativa na distribuição de recursos educacionais.• Esboçou a importância de abordagens focadas em equidade para alcançar comunidades desfavorecidas.
João Azevedo	Governador do Estado da Paraíba	<ul style="list-style-type: none">• Compartilhou experiências estaduais na implementação de programas financeiros semelhantes, detalhando as iniciativas da Paraíba.• Explorou melhores práticas de outros estados para combater a desigualdade educacional por meio de financiamento direcionado.• Discutiu disparidades regionais no financiamento da educação e propôs soluções adaptadas a contextos socioeconômicos específicos.• Enfatizou o papel dos governos locais na garantia de que os investimentos educacionais gerem benefícios a longo prazo.• Destacou estudos de caso bem-sucedidos do sistema educacional da Paraíba como modelos para implementação nacional.
Dário Durigan	Secretário Executivo do Ministério da Fazenda	<ul style="list-style-type: none">• Explicou as estratégias fiscais que sustentam o financiamento do programa, garantindo sua viabilidade financeira a longo prazo.• Discutiu alocações orçamentárias e preocupações com a sustentabilidade financeira, considerando as restrições econômicas.• Esboçou possíveis incentivos fiscais para instituições que participam do programa, incentivando investimentos.• Propôs mecanismos para monitorar e avaliar o desempenho financeiro da iniciativa.• Destacou a importância do envolvimento do setor privado para complementar os investimentos públicos na educação.

Painel 2: O que é a proposta ‘Juros pela Educação’, ajustes e detalhes técnicos

Nome	Atribuição	Resumo dos Pontos
Murilo Ca-maroto	Repórter do Valor Econômico	<ul style="list-style-type: none">• Perguntou sobre os ajustes mais significativos feitos no programa ‘Juros pela Educação’ nas últimas semanas.• Indagou sobre a viabilidade técnica e a sustentabilidade a longo prazo do mecanismo de financiamento proposto.
Fernando Ex-man	Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília	<ul style="list-style-type: none">• Questionou como o programa se alinha com políticas econômicas mais amplas e restrições fiscais.• Investigou o impacto esperado da iniciativa na participação do setor privado no financiamento da educação.
Gregório Grisa	Secretário Executivo-Adjunto do Ministério da Educação	<ul style="list-style-type: none">• Explicou a justificativa por trás dos ajustes recentes no programa ‘Juros pela Educação’, enfatizando o equilíbrio entre garantir amplo acesso ao financiamento e manter a sustentabilidade financeira.• Discutiu mecanismos para assegurar o acesso equitativo ao financiamento, especialmente para estudantes de baixa renda e instituições subfinanciadas, incluindo redução de taxas de juros e programas de auxílio financeiro direcionado.• Destacou como o programa se integra às políticas educacionais federais existentes, visando criar uma estratégia de longo prazo que apoie tanto o sucesso estudantil quanto o crescimento econômico nacional.• Abordou preocupações sobre gargalos administrativos, delineando as medidas que estão sendo tomadas para agilizar os processos de candidatura e distribuição de fundos, garantindo eficiência e transparência.• Enfatizou a importância de um modelo contínuo de avaliação, no qual a análise de dados e as avaliações de impacto serão utilizadas para aperfeiçoar e melhorar o modelo de financiamento ao longo do tempo.
Rogério Ceron	Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda	<ul style="list-style-type: none">• Apresentou a abordagem do Tesouro para garantir o financiamento do programa a longo prazo, mantendo a responsabilidade fiscal, detalhando como a iniciativa se alinha com as prioridades orçamentárias mais amplas do governo.• Explicou os mecanismos pelos quais o governo subsidiará as taxas de juros sem comprometer a estabilidade macroeconômica, garantindo previsibilidade nas contas públicas.• Discutiu as salvaguardas financeiras implementadas para evitar exposição fiscal excessiva, incluindo tetos de gastos e mecanismos de ajuste dos parâmetros do programa com base nas condições econômicas.• Esclareceu o papel do Tesouro Nacional na coordenação da distribuição de fundos com instituições financeiras públicas, garantindo conformidade com os limites constitucionais de gastos.• Destacou a importância da responsabilidade e transparência na gestão dos fundos públicos destinados à educação, detalhando como auditorias periódicas e mecanismos de prestação de contas garantirão a alocação eficiente dos recursos.

Painel 3: A proposta sobre a ótica da educação profissional nos Estados

Nome	Atribuição	Resumo dos Pontos
Murilo Camaroto	Repórter do Valor Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Perguntou sobre os maiores desafios de implementação para o financiamento da educação técnica por meio desta iniciativa. • Investigou o alinhamento das políticas de educação profissional com as demandas do mercado de trabalho em diferentes estados.
Fernando Exman	Chefe da Sucursal do Valor Econômico em Brasília	<ul style="list-style-type: none"> • Questionou como as restrições fiscais de cada estado impactam sua capacidade de expandir a educação profissional. • Explorou como os estados podem manter a sustentabilidade financeira ao mesmo tempo em que ampliam o acesso a programas de treinamento técnico.
Roni Miranda	Secretário de Educação do Estado do Paraná / CONSED	<ul style="list-style-type: none"> • Discutiu a abordagem do Paraná para integrar a educação técnica dentro da estratégia educacional mais ampla do estado, enfatizando o alinhamento com as demandas da indústria e os avanços tecnológicos. • Destacou parcerias entre instituições públicas e indústrias locais, explicando como currículos co-projetados com empresas garantem que os alunos desenvolvam habilidades adequadas ao mercado de trabalho. • Explicou como o estado garante que estudantes de todas as origens socioeconômicas possam acessar programas de treinamento técnico, detalhando o papel de bolsas de estudo e mensalidades subsidiadas pelo governo. • Enfatizou a importância da expansão dos modelos de educação dual, nos quais os alunos dividem seu tempo entre aprendizado em sala de aula e estágios em ambientes de trabalho reais. • Discutiu a tomada de decisões baseada em dados na política educacional, usando análises do mercado de trabalho para ajustar os programas de treinamento conforme as necessidades de emprego projetadas.
Fátima Gavioli	Secretária de Educação do Estado de Goiás	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou as prioridades de investimento de Goiás na educação profissional, com foco na expansão da matrícula e da infraestrutura, especialmente em áreas rurais carentes. • Descreveu estratégias para adaptar os currículos às forças econômicas regionais, especialmente nos setores de agronegócio, tecnologia e serviços, garantindo que os alunos estejam preparados para empregos de alta demanda. • Enfatizou a importância dos programas contínuos de capacitação docente para manter a qualidade da educação profissional, garantindo que os instrutores estejam atualizados sobre tendências da indústria e métodos pedagógicos em evolução. • Explicou a implementação de sistemas de monitoramento de desempenho para avaliar o sucesso dos formandos da educação profissional no mercado de trabalho e ajustar os programas conforme necessário. • Abordou as restrições orçamentárias e como Goiás está aproveitando o financiamento federal, a colaboração do setor privado e medidas de eficiência para expandir a educação profissional sem comprometer a qualidade.
Guilherme Lichand	Professor da Universidade de Stanford	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou uma análise econômica das reformas propostas, enfatizando a relação custo-benefício de longo prazo do investimento em educação técnica, demonstrando como uma força de trabalho qualificada leva ao crescimento do PIB. • Forneceu estimativas financeiras, observando que atingir o índice da OCDE de 37% de matrícula na educação técnica exigiria um investimento adicional estimado de R\$50 bilhões ao longo de seis anos, com investimentos anuais de R\$8–10 bilhões. • Destacou evidências de modelos internacionais, demonstrando que programas profissionais bem financiados podem aumentar as taxas de emprego em até 20% nos setores relevantes, particularmente em STEM e saúde. • Explicou o retorno projetado do investimento para os gastos do governo em treinamento profissional, estimando que cada R\$1 investido na educação técnica resulta em R\$3–4 em produção econômica ao longo de uma década.

Painel 4: A proposta sobre a ótica das Finanças Públicas nos Estados

Nome	Atribuição	Resumo dos Pontos
Fernando Exman	Jornalista do Valor Econômico	<ul style="list-style-type: none">• Perguntou como os governos estaduais estão ajustando suas políticas fiscais para acomodar os custos do programa 'Juros pela Educação', mantendo a estabilidade orçamentária geral.
Lu Aiko	Jornalista do Valor Econômico	<ul style="list-style-type: none">• Levantou preocupações sobre a sustentabilidade financeira de longo prazo e os possíveis trade-offs orçamentários necessários para manter o programa.
Felipe Salto	Economista-chefe da Warren Investimentos / Ex-Secretário da Fazenda de São Paulo	<ul style="list-style-type: none">• Apresentou uma análise fiscal detalhada das reformas propostas para o financiamento da educação, enfatizando o impacto nos orçamentos estaduais na próxima década.• Citou projeções sugerindo a impossibilidade da reforma, considerando que o orçamento precisaria passar de um déficit de 2% para um superávit de 3,5%, equivalente a aproximadamente 500 bilhões de reais anuais sobre um PIB de 11 trilhões de reais.• Destacou que estados com maior solidez fiscal—como São Paulo e Paraná—poderiam absorver os custos mais facilmente, enquanto outros com altos índices de endividamento, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, poderiam enfrentar dificuldades sem intervenção federal.• Discutiu possíveis fontes de receita adicional, incluindo reformas tributárias e medidas de eficiência, para liberar recursos para o financiamento da educação.• Utilizou uma abordagem comparativa, referenciando dados da OCDE para mostrar que o Brasil está atrasado nos investimentos em educação pública em relação ao seu produto econômico, necessitando de pelo menos R\$30 bilhões adicionais por ano para reduzir essa defasagem.
Carlos Xavier	Presidente do Comsefaz / Secretário de Tributação do Rio Grande do Norte	<ul style="list-style-type: none">• Explicou como a distribuição da receita tributária estadual impacta a capacidade das diferentes regiões de financiar reformas educacionais, enfatizando as disparidades entre estados mais ricos e mais pobres.• Discutiu o papel do Comsefaz na negociação de um arcabouço fiscal mais justo para garantir um financiamento equitativo para todos os estados, destacando propostas legislativas recentes.
Luis Claudio Gomes	Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none">• Expôs as restrições financeiras de Minas Gerais na ampliação do financiamento da educação, citando os esforços contínuos do estado para renegociar sua dívida com o governo federal.• Enfatizou a importância de acordos multilaterais entre estados e Brasília para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo das políticas educacionais.
Vilma Pinto	Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal	<ul style="list-style-type: none">• Forneceu uma perspectiva fiscal independente sobre as reformas propostas, alertando que estados com altos déficits fiscais podem enfrentar restrições adicionais de endividamento caso não haja uma gestão adequada.• Discutiu a necessidade de transparência no planejamento orçamentário estadual para evitar desequilíbrios financeiros futuros causados por novos gastos com educação.